



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº14/2024

Período: 04/05/24 - 10/05/24

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- 60 anos do golpe militar I: documento revela detalhes inéditos do movimento das “Diretas Já”
- 2- 60 anos do golpe militar II: professora avaliou a importância da memória sobre o aparato repressivo para as gerações futuras
- 3- 60 anos do golpe militar III: Exército se mostrou favorável ao restabelecimento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
- 4- Forças Armadas e tragédia no Rio Grande do Sul I: militares prestam suporte às vítimas das enchentes
- 5- Forças Armadas e tragédia no Rio Grande do Sul II: bases aéreas se tornam centro de logística para doações
- 6- Alexandre de Moraes concedeu liberdade provisória ao tenente-coronel Mauro Cid
- 7- Presidente Lula prorrogou a atuação das Forças Armadas em portos e aeroportos
- 8- Ex-ministra da Defesa de Portugal reiterou a importância da inserção feminina nas Forças Armadas
- 9- Supremo Tribunal Federal decidiu que Justiça Militar pode oferecer acordos para redução de sanções penais
- 10- Último almirante ligado a Bolsonaro deixou a Marinha
- 11- Força Espacial Americana fortalece cooperação militar com a Força Aérea Brasileira
- 12- Governo desiste de consenso para aprovar PEC sobre militares que concorrem às eleições
- 13- Exército adiou a compra de blindados de empresa israelense

1- 60 anos do golpe militar I: documento revela detalhes inéditos do movimento das “Diretas Já”

Em reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, detalhes inéditos sobre a organização do movimento “Diretas Já” foram revelados. Segundo a reportagem, até o primeiro trimestre de 1983 a proposta de eleições diretas para a presidência tinha pouco apoio popular e a proposição de Dante de Oliveira estava restrita a alguns gabinetes políticos. Em abril do mesmo ano, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) decidiu priorizar a campanha voltada para as eleições diretas, marcando um momento decisivo para o movimento. Tal decisão foi documentada em uma ata de dez páginas encontrada

recentemente em Brasília, e demonstrou como esse posicionamento fortaleceu o movimento que cresceu e se tornou popular em 1984 - mesmo que as “Diretas Já” tenham sido derrotadas no Congresso. Segundo o jornal, a ata recém-descoberta constitui peça chave para documentar o compromisso do PMDB de trabalhar em conjunto com outros partidos e setores da sociedade em prol da redemocratização do Brasil. (Folha de S. Paulo - Política - 05/05/24)

2- 60 anos do golpe militar II: professora avaliou a importância da memória sobre o aparato repressivo para as gerações futuras

Em coluna opinativa publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, a professora do departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e responsável pela etapa de arqueologia forense do projeto arqueológico no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), Cláudia R. Pens, opinou sobre a decisão presidencial de não se manifestar sobre o aniversário de 60 anos do golpe que instituiu a ditadura militar no Brasil e sua relação com os abalos recentes na democracia brasileira. Segundo a arqueóloga, o abafamento da justiça aos perseguidos pelo regime militar (1964-1985) contribuiu para dificultar a educação e pesquisa sobre o DOI-Codi, principal aparato de repressão durante a ditadura, pois a falta de um memorial às vítimas torna difícil a superação do trauma desses horrores por parte das famílias que tiveram parentes perseguidos e torturados. Para a professora, um memorial sobre o DOI-Codi é fundamental para educar as gerações futuras sobre as atrocidades cometidas no passado e fortalecer o compromisso com a democracia. Segundo Cláudia Pens, uma nação que relembra seu passado e admite seus erros está mais perto de construir um futuro melhor. (Folha de S. Paulo – Opinião – 06/05/24)

3- 60 anos do golpe militar III: Exército se mostrou favorável ao restabelecimento da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* discutiu a mudança na postura do Exército Brasileiro em relação à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Segundo o jornal, apesar de formalmente desnecessário, o "aval" do Exército para a reinstalação da Comissão é visto como um símbolo de mudança na compreensão do papel deste órgão por parte das Forças Armadas. A CEMDP, que foi extinta durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) por motivações ideológicas e negacionistas, busca apurar a responsabilidade do Estado brasileiro, e não de indivíduos, pelos desaparecimentos e mortes ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985). Há certa resistência por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reinstalar a Comissão, principalmente pelo desejo de manter uma relação pacífica com as Forças Armadas, após os eventos ocorridos em 8 de janeiro de 2023. Na avaliação do jornal, o atual apoio do Exército à reinstalação da Comissão contrasta com a recepção negativa à Comissão Nacional da Verdade em 2012, refletindo uma possível despolitização dos quartéis e restabelecimento do caráter institucional das Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo - News - 05/05/24)

4- Forças Armadas e tragédia no Rio Grande do Sul I: militares prestam suporte às vítimas das enchentes

Reportagem do jornal *Correio Braziliense* noticiou a atuação das Forças Armadas nas buscas e resgates junto aos afetados pelas enchentes que assolam o estado do Rio Grande do Sul, afirmando que o governo federal disponibilizou cerca de “29 helicópteros, 4 aeronaves, 866 viaturas e 182 embarcações”. A Marinha brasileira, desde o início de maio, tem direcionado seus esforços para o salvamento de pessoas ilhadas ou em situação de risco, resgatando aproximadamente 8.000 pessoas. Segundo informações do *O Estado de S. Paulo*, quase 1.000 militares das Forças Armadas estão disponíveis para compor equipes de busca, resgate e auxílio à população afetada. Entre os dias 04/05/2024 e 05/04/2024, a Marinha do Brasil realizou uma força-tarefa para resgatar pessoas e animais na região de Canoas, Rio Grande do Sul, tendo resgatado na Ilha de Pintana cerca de 25 pessoas e seis animais. Ainda de acordo com o Estadão, a Marinha pretende enviar para o estado o maior navio de guerra da América Latina, junto com outras embarcações que levarão suprimentos e doações. O jornal *Correio Braziliense* informou em reportagem que, no dia 08/05/2024, a Força Aérea Brasileira (FAB) deu início à primeira fase das operações de abertura da base aérea em Canoas para envio de mantimentos arrecadados para a cidade, operação que deve ter continuidade nos dias subsequentes, nos quais haverá auxílio para o resgate de cidadãos que ficaram isolados e distribuirá donativos por via aérea às principais áreas afetadas. A FAB utiliza drones para localizar pessoas ilhadas, tendo encontrado 36 vítimas em 24 horas de operação. (Correio Braziliense - Brasil - 05/05/24; Correio Braziliense - Brasil - 06/05/24; Correio Braziliense - Política - 09/05/24; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 05/05/24; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 08/05/24)

5- Forças Armadas e tragédia no Rio Grande do Sul II: bases aéreas se tornam centro de logística para doações

O jornal *Correio Braziliense* reportou que as bases aéreas no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília se tornaram polos logísticos para receber doações destinadas ao Rio Grande do Sul. Até o dia 10/05/2024 tais polos já haviam recebido quase 1,1 tonelada de doações para os gaúchos. O Ministério da Defesa, em conjunto com o governo do Rio Grande do Sul, a Defesa Civil, a Marinha e o Exército, ativou a Operação Taquari 2 para organizar a logística dos donativos. O periódico explicou que os militares estão organizando e fazendo a triagem das doações, enquanto a Defesa Civil e o governo gaúcho definem as prioridades dos suprimentos. Além disso, o jornal ressaltou que as doações que estão sendo entregues aos Correios também estão utilizando os aviões da Força Aérea para atingir áreas isoladas e de difícil acesso. (Correio Braziliense - Brasil - 10/05/24)

6- Alexandre de Moraes concedeu liberdade provisória ao tenente-coronel Mauro Cid

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, concedeu liberdade provisória ao ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (2019-2022), tenente-coronel Mauro Cid, que estava

preso deste o dia 22/03/2024 em razão de ter desrespeitado o acordo de colaboração premiada e investigações da Polícia Federal (PF). Cid continuará sob medidas cautelares, tal como a que o impede de conversar com outros investigados. A *Folha* relembrou que o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro tem colaborado com investigações da PF sobre medidas golpistas planejadas pelo ex-presidente, além de ser parte do inquérito sobre a falsificação de cartões de vacinação de membros da família Bolsonaro. (Folha de S. Paulo – Política – 04/05/24)

7- Presidente Lula prorrogou a atuação das Forças Armadas em portos e aeroportos

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, optou por prorrogar até 04/06/2024 a operação de garantia da lei e da ordem (GLO) que permite aos militares atuar nos aeroportos e portos do Rio de Janeiro e São Paulo, em prol do combate ao tráfico de drogas e de armas. A previsão original para o final dessa operação era o dia 03/05/2024; todavia, a prorrogação foi justificada como necessária para compreender as pendências de certas medidas e avaliação dos bons resultados alcançados por todos órgãos envolvidos. Como instrumento estratégico de segurança pública, aplicado quando há situações de esgotamento das forças policiais, a presença de militares nos portos e aeroportos tem representado, segundo avaliação do Ministério da Justiça, a construção de um legado à gestão da segurança pública no país a partir de ações de inteligência desenvolvidas. A prorrogação de 30 dias a mais da GLO, segundo o jornal, pretende dar base para uma transição que leve à consolidação de um projeto de segurança para esses locais de escoamento de ilícitos do território brasileiro. Apesar da votação favorável para prorrogação, diversas áreas da gestão Lula se mostraram descontentes. Segundo generais da Aeronáutica e da Marinha, a GLO deve ser aplicada em momentos esporádicos com um período curto de duração, ou seja, atuar na segurança pública não deveria caber às Forças Armadas. Em editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* criticou a decisão do governo federal de prorrogar a operação, considerando-a ineficaz por ser altamente custosa e empregar indevidamente as Forças Armadas, que não teriam treinamento para atividades desse tipo. O jornal afirmou que a segurança pública é uma área historicamente minimizada pelo Partido dos Trabalhadores - do qual faz parte o presidente da República, Lula da Silva - e considerou que a “teatralidade” da operação em curso tem como objetivo gerar opiniões favoráveis ao governo. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a referida operação de GLO não recebeu nenhuma verba para o ano de 2024, sendo a estimativa de despesas na ordem de 180 milhões e o recurso reservado no caixa da União de 60 milhões. As Forças Armadas estão utilizando recursos próprios, o que preocupa alguns setores do governo, já que o orçamento das Forças Armadas geralmente é destinado para treinamentos e as operações devem receber verbas extras. Ainda de acordo com o jornal, o trabalho do Exército contra o crime organizado não apresenta resultados tão superiores em comparação aos outros órgãos de fiscalização que não utilizam o auxílio de militares. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 05/05/24; O Estado de S. Paulo - Política - 08/05/24; O Estado de S. Paulo - Política - 09/05/24)

8- Ex-ministra da Defesa de Portugal reiterou a importância da inserção feminina nas Forças Armadas

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Helena Carreiras, ex-ministra da Defesa de Portugal e uma das principais pesquisadoras sobre gênero nas Forças Armadas daquele país, discorreu sobre a necessidade de eliminação de restrições à participação feminina em funções de combate. Nas palavras de Carreiras, as “Organizações que não aceitam a diversidade, que são monolíticas, são instituições que vão definhando, que não vão entender e enfrentar os desafios da complexidade de tarefas que têm pela frente”. O jornal observou que, no Brasil, a discussão sobre a participação feminina nas Forças Armadas em situações de combate se destaca atualmente no Supremo Tribunal Federal (STF), que está avaliando ações que buscam remover barreiras que impeçam mulheres de assumir esses espaços. O Exército brasileiro, por outro lado, se mantém resistente, defendendo que a fisiologia feminina impactaria na execução de tarefas específicas nas zonas de combate. Helena Carreiras, reitera que a integração de mulheres nas forças combatentes é uma tendência global, suportada por decisões judiciais e políticas em diversos países, reforçando a necessidade de adaptação das organizações militares para superar as diferenças fisiológicas que ainda impedem a participação feminina. (Folha de S. Paulo - Política - 05/05/24)

9- Supremo Tribunal Federal decidiu que Justiça Militar pode oferecer acordos para redução de sanções penais

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Justiça Militar pode oferecer Acordos de Não Persecução Penal - ajuste celebrado entre Ministério Público (MP) e investigado - no processo para reduzir sanções penais. A decisão ocorreu após o caso de dois pescadores que foram detidos na Estação Meteorológica de Maceió, em Alagoas, área de responsabilidade do Exército Brasileiro, ambos condenados a seis e sete meses de prisão, por ingresso clandestino em área militar. (O Estado de S. Paulo - Política - 07/05/24)

10- Último almirante ligado a Bolsonaro deixou a Marinha

De acordo com reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o almirante Flávio Rocha, ex-secretário do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), foi para a reserva da Marinha. Segundo o periódico, a saída do almirante significa o fim de uma crise entre a Marinha, o Ministério da Defesa e o Itamaraty, pois este último pressionou o governo para que Flávio Rocha não tomasse posse do cargo de secretário de Segurança Nuclear e Qualidade da Marinha. Ao longo da reportagem, a *Folha de S. Paulo* lembrou a importante participação do almirante nos assuntos nucleares, principalmente nas negociações para conseguir o combustível do submarino nuclear brasileiro. Entretanto, diplomatas brasileiros não estavam satisfeitos com essa participação, alegando que os eventos de negociação com a participação do almirante adquiriam caráter militar ao invés de civil. (Folha de S. Paulo - Política- 07/05/24)

11- Força Espacial Americana fortalece cooperação militar com a Força Aérea Brasileira

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou em reportagem que a Força Espacial Americana assinou um acordo com o Brasil para manter um oficial de ligação da Força Aérea Brasileira (FAB) na US Space Command. A cooperação faz parte dos esforços dos EUA para fortalecer a cooperação com países da América do Sul a fim de fazer frente às ameaças que China, Rússia, Coreia do Norte e Irã representam nas áreas de defesa antimísseis, vigilância espacial e segurança cibernética dos EUA. O oficial de ligação do Brasil deve colaborar com o compartilhamento de conhecimentos e facilitar a comunicação entre as unidades espaciais do Brasil e dos EUA. Em declaração para o jornal, o brigadeiro Eric Cólén, comandante do Centro de Operações Espaciais da FAB, que visitou a base da Força Espacial Americana em abril de 2024 para fechar o acordo, afirmou que a área espacial é importante para operações de segurança pública. (O Estado de S. Paulo - Cultura e comportamento - 09/05/24)

12- Governo desiste de consenso para aprovar PEC sobre militares que concorrem às eleições

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou em reportagem que o governo federal desistiu de conseguir consenso no Senado para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estabelece que militares da ativa que pretendam concorrer a cargos eletivos sejam transferidos para a reserva. A desistência ocorreu diante da inflexibilidade de senadores contrários ao projeto, liderados pelo senador e ex-vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que considera que a proposta classifica os militares como pessoas de “segunda categoria” e “impede os militares de exercerem sua cidadania de maneira ampla”. Segundo a reportagem, o governo tentou, sem sucesso, abrandar a resistência durante uma reunião entre o atual ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, Mourão e os ex-ministros da Defesa Nelson Jobim e Raul Jungmann. O relator da proposta, senador Jorge Kajuru, declarou ao jornal que a posição de Mourão é minoritária entre os senadores. Se aprovada no Senado, a PEC deve seguir para avaliação na Câmara dos Deputados. (Folha de S. Paulo - Política - 09/05/24)

13- Exército adiou a compra de blindados de empresa israelense

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, foi adiada a assinatura de um contrato de compra de blindados de uma empresa israelense, a pedido do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro. A reportagem explicou que o Exército pretendia assinar o contrato com a empresa israelense Elbit Systems, que previa a compra de 36 viaturas blindadas, mas a assinatura foi adiada em até 60 dias. O adiamento foi solicitado visando "ganhar tempo para costuras políticas", em um cenário de fortes críticas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à ofensiva israelense na Faixa de Gaza. Além disso, o jornal afirmou que a justificativa dada pelo Exército é a de que há a necessidade de uma nova análise da licitação de forma a evitar quaisquer questionamentos que possam atrasar a compra de tais equipamentos. (Folha de S. Paulo - Mundo - 10/05/24)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Ana Julia Ferreira dos Santos

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Yasmin Duarte Resende

Equipe redação UFRRJ

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva